



**MÍDIAS DIGITAIS PARA A VISIBILIDADE E A DIVERSIDADE:  
PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NOS PROCESSOS  
EDUCATIVOS DE SEUS/SUAS FILHOS/AS NA ESCOLA**

***Eixo Temático 36 - Resistências educativas nas mídias digitais face ao  
conservadorismo: a tensão entre saberes e ativismos de gêneros e  
sexualidades e o avanço dos discursos de ódio e pânico morais***

Noeli Aparecida Fernandes <sup>1</sup>  
Daniela Finco <sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho aborda a potencialidade das redes sociais para a visibilidade das famílias homoparentais, considerando as mídias digitais como espaços de resistências educativas. Apresenta as contribuições de organizações sociais que realizam ações em Direitos Humanos e LGBT+, na defesa de uma educação inclusiva, voltando-se para a criação de espaços de reconhecimento e legitimação das famílias homoparentais, desafiando as normas heteronormativas impostas em nossa sociedade. Os resultados apontam que as transformações e tensões sociais que assistimos no contexto atual envolvem práticas de revisão e construção de significados, incluindo os debates sobre os modelos de família na pauta de conquista de direitos.

**Palavras-chave:** Ofensivas Antigênero, Mídias Digitais, Famílias homoparentais, Diversidade, Educação Compartilhada.

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho busca refletir sobre a relação das famílias homoparentais com a escola, considerando que o sistema educativo tem o desafio de acolher e permitir a

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, noeli.fernandes@unifesp.br.

<sup>2</sup> Professora associada da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, dfinco@unifesp.br.



visibilidade da diversidade sexual e de pessoas LGBTQ+. Aborda a potencialidade de mídias sociais, como a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas e a Somos, no Brasil, que realizam ações em Direitos Humanos e LGBTQ+, na defesa de uma educação inclusiva, articulando educação, justiça, assistência social, cultura e comunicação, voltando-se para a criação de espaços de reconhecimento e legitimação das famílias homoparentais, desafiando as normas rígidas de configuração familiar, questionando a heteronormatividade imposta em nossa sociedade.

Tem como base uma pesquisa de doutorado em andamento, que problematiza os avanços do neoconservadorismo antigênero, com disputas políticas religiosas envolvendo as definições de família, emergem no debate público, revelando que o conceito de família e as suas redefinições culturais, educacionais e políticas, estão permeadas por um cenário contemporâneo de conflitos. Neste período histórico, marcado por uma questão crucial de discursos de grupos opostos, este trabalho chama a atenção para as formas como a família disputada, encontra nas mídias digitais, espaço para a construção de narrativas de conflito sobre a mudança social, configurando cenários de confronto.

Dados recentes do Censo 2022<sup>3</sup>, divulgados pelo IBGE, revelam um crescimento considerável no número de casais do mesmo sexo no Brasil ao longo dos últimos 12 anos. Em 2022, as residências com um/a responsável e um/a cônjuge ou companheiro/a do mesmo sexo representavam 0,54% do total, um aumento considerável em comparação aos 0,1% registrados em 2010. O total de lares desse tipo saltou de 59.957 em 2010 para 391.080 em 2022. Tais conquistas são resultado da ação de movimentos sociais, feministas e LGBTQ, assim como de juristas e políticos simpáticos ao entendimento de que os direitos individuais incluem o direito de casar-se, rompendo, ainda que parcialmente, com a correspondência entre casamento, família e heterossexualidade (BIROLI, 2014).

Ao questionar a prerrogativa da heterossexualidade e a forma de reconhecimento da família, Butler (2016) aborda a questão do casamento e dos arranjos de parentesco

---

<sup>3</sup> Segundo a agência de Notícias <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/10/25/numero-de-casais-do-mesmo-sexo-aumenta-quase-7-vezes-desde-2010-afirma-ibge.htm>



não-heterossexual, nos apresentando aparato teórico para questionar as normas fundadoras da heterossexualidade, o preconceito de uma cultura como uma totalidade auto-sustentável, apoiando-se na naturalização estruturalista das diferenças sexuais para garantir a heterossexualidade. A pesquisadora, destaca a importância de nos reunir coletivamente em alianças transnacionais, a fim de combatermos os fantasmas fabricados em torno de gênero (BUTLER, 2024). Neste sentido este trabalho aponta como as mídias sociais, de alcance global, podem ajudar a romper com fronteiras espaciais e temporais, vencer opressões que nos enquadram e que buscam restaurar a ordem patriarcal para o estado, a religião e a família.

## **A FAMÍLIA DISPUTADA E OS ATAQUES CONSERVADORES**

Pesquisas revelam que o tema da família e das redefinições das narrativas culturais, educacionais e políticas relacionadas à ela, estão permeadas por um cenário contemporâneo de conflitos (ZAMBRANO, 2006; LINO, NOGUEIRA, 2024). As transformações e tensões sociais que assistimos nas sociedades contemporâneas estão mudando radicalmente, as práticas e os significados da conciliação estão a tomar forma, trazendo a reconfiguração da relação entre gênero, educação e vida familiar.

Num período histórico em que parece ser uma questão crucial para a articulação do equilíbrio entre grupos opostos, chama a nossa atenção para as formas como a “família disputada” encontra espaço nas narrativas de conflito sobre a mudança social, configurando cenários de confronto que ainda não são totalmente visíveis. (TRAPPOLIN, 2018).

A questão da homoparentalidade está ligada a discursos que se referem aos possíveis “prejuízos que pais homossexuais podem acarretar às crianças”, permeados por um cenário de preconceitos e discriminações (PEREIRA, CIRÍACO, 2020). O discurso religioso aparece mais forte quando se trata de família/casamento/homoparentalidade do que quando se trata da homossexualidade e que a “anormalidade”, a destruição da família e a desobediência à palavra de Deus, os argumentos mais utilizados contrários a essas relações, baseados em discursos com um conteúdo moral e em valores pessoais (OLIVEIRA, 2011).



Pesquisas revelam como a escola, em nome da manutenção da heteronormatividade e da família tradicional, pouco tem colaborado para a perceptividade desses coletivos sociais silenciados e ocasionalmente excluídos, gerando cenários e circunstâncias constrangedoras e por vezes intimidadoras, às crianças que vêm de arranjos familiares não hegemônicos. (PEREIRA, CIRÍACO, 2020; ANDRADE, ADORNO, 2021). Redirecionar os conceitos existentes em uma instituição exige de todos nós uma mudança social, para vislumbrarmos uma sociedade mais justa e inclusiva. Precisamos rever nossos pontos de vista, crenças, valores e atitudes perante as novas configurações familiares. Isso é uma necessidade dos processos educacionais e sociais, uma vez que a educação pode representar a transformação e a emancipação do sujeito.

Estudos apontam ainda como a discussão sobre a homoparentalidade a inclui na pauta de conquista de direitos, convergindo para a ampliação da concepção de entidade familiar que passa a ser funcionalizada e plural, trazendo-nos a reflexão sobre o direito à Homoparentalidade (OLIVEIRA, 2011; HERNÁNDEZ, UZIEL, 2015). A importância de refletir sobre a presença invisibilizada das famílias homoparentais na escola, diante de um contexto transnacional de retrocessos, nos leva a aprofundar o olhar sobre as disputas políticas religiosas em torno do “gênero”. Tal debate passa a ser considerado, por integrantes dos movimentos neoconservadores antigênero, uma ameaça às estruturas da sociedade como um todo, às crianças, ao casamento heteronormativo e à família normativa, mas também, visto como oposição à ciência e à religião, uma negação da natureza, com o apagamento das diferenças entre os sexos.

## **MÍDIAS DIGITAIS PARA A VISIBILIDADE E A GARANTIA DOS DIREITOS**

No campo do Direito, especialmente do Direito de Família, houve avanços nos últimos anos em relação ao reconhecimento da família homoafetiva: em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável homoafetiva. A partir desta decisão, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou, em 2013, a habilitação, a celebração de casamento civil e a conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo



gênero, o que resultou, na prática, no reconhecimento do casamento homoafetivo no Brasil.

Ainda que progressos tenham sido alcançados no que se refere ao casamento homoafetivo, estratégias articuladas recentes pela extrema direita marcam as tentativas de retrocesso no campo dos direitos. O movimento para revogação do casamento homoafetivo, através do Projeto de Lei 5167/2009<sup>4</sup>, buscou proibir a equiparação de relações entre pessoas do mesmo sexo ao casamento ou à entidade familiar, abrangendo novos direcionamentos e problematizações quanto às singularidades destas famílias (SILVA et al, 2024). Segundo Silva et al (2024) as mídias sociais estão emergindo como ferramentas de apoio para as comunidades LGBTQIAPN+ no processo de formação familiar, indicando como o debate público online sobre a homoparentalidade revela a resistência e a mobilização política das identidades homoparentais, criando espaços para reconhecer e legitimar famílias formadas por pais ou mães homossexuais/homoafetivos. Tais publicações desafiam as normas rígidas de configuração familiar, questionam a heteronormatividade socialmente imposta, promovendo o reconhecimento das famílias homoparentais (SILVA et al, 2024). Considerando este cenário, destacamos neste trabalho as contribuições de duas organizações presentes nas mídias sociais: a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas - ABRAFH e a Organização SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade.

A ABRAFH, fundada em 2015, destaca-se como uma entidade fundamental na promoção e defesa dos direitos das famílias homotransafetivas no contexto brasileiro. Busca representar os interesses dessas famílias, que muitas vezes enfrentam desafios únicos e discriminações em diversos setores da sociedade, desempenhando um papel crucial na conscientização da sociedade sobre a diversidade familiar, promovendo a inclusão e o respeito. Através de eventos, campanhas educativas e parcerias estratégicas, a ABRAFH busca dar visibilidade às histórias, desafios e conquistas das famílias homotransafetivas, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Ao unir forças e articular ações, também a partir das mídias sociais, emerge como uma voz

---

<sup>4</sup> Consultar o link

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432967>



representativa e ativa na busca por garantias e reconhecimento dos direitos das famílias que compõem a diversidade do cenário social brasileiro.

Em 2024, em seu “IV Congresso Nacional ABRAFH”, lançou a Carta LGBTI+ de Curitiba, com o lema “Nossas famílias são tão valiosas quanto as suas”, traduzindo diretrizes para promover a visibilidade e direitos das famílias homotransafetivas, e que nortearão as ações da ABRAFH em todo o país, além de alertar e pressionar por políticas públicas pelo reconhecimento e respeito das diversas formas de amor e parentalidade, bem como a promoção da igualdade de direitos para casais homossexuais, transgêneros e não binários no acesso ao casamento, adoção e direitos inerentes às conjugalidades<sup>5</sup>.

A SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade, é uma organização da sociedade civil situada em Porto Alegre (RS), fundada em 2001, por ativistas na luta contra a Aids e do movimento LGBTI+, busca ser reconhecida como um grupo atuante, crítico, inovador e propositivo, com a finalidade de influenciar na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e às diversas expressões das sexualidades<sup>6</sup>. Presente nas mídias e redes sociais, a SOMOS realiza ações transdisciplinares, a partir da articulação das áreas de educação, saúde, justiça, assistência social, cultura e comunicação, tendo como objetivo trabalhar por uma sociedade plural e democrática por meio da afirmação de direitos.

A partir do Projeto Construindo Identidades, Desconstruindo Preconceitos, apresenta o Guia “Tá difícil falar de sexualidade na escola?” (PENALVO, ZAGO, 2011), que tem como proposta fazer chegar às escolas, a discussão LGBTI+, sobre a diversidade sexual e de gênero. Tais produções contribuem para a invenção de um mundo plural, para uma sociedade que entende a diversidade, como um importante aprendizado, que compõe e agrega, ampliando cada vez mais as relações. Com a produção de materiais inovadores, como Guias e Cartilhas - e-books, que tratam de questões relacionadas à população LGBTI+, a Organização busca levar a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero,

---

<sup>5</sup> Consultar o link do Congresso da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) em <https://www.abrafh.org.br/congresso-abrafh>

<sup>6</sup> Consultar o link da Organização em <https://www.somos.org.br/quemsomos>



às diversas instâncias da sociedade, inclusive às escolas, com vistas à equidade e respeito às diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mídias sociais, apesar dos desafios apresentados pela disseminação de informações falsas e discursos de ódio, conseguem desempenhar um importante papel oferecendo um espaço relevante para o debate público sobre a homoparentalidade, contribuindo para a visibilidade da diversidade sexual e de pessoas LGBT+.

Neste sentido, elas revelam também a importância do diálogo e do envolvimento dos movimentos sociais presentes nos ambientes virtuais, ajudando a identificar práticas e ações que modifiquem os modelos identitários nos processos educativos. Podendo ajudar na importância da construção de um espaço de compreensão mútua entre as/os envolvidas/os no processo educacional, tornando-se a escola um local educativo, para promover relações em experiências humanas significativas (FERNANDES, FINCO, 2022).

A possibilidade de expressão e visibilidade, num exercício de respeito às diferenças, a partir de encontros desses coletivos pode representar o fortalecimento das famílias homoparentais para a participação na educação compartilhada de seus filhos, juntamente com a instituição escolar, bem como o respeito às crianças e aos seus direitos, para que possam se manifestar livremente, incluindo aí o direito de falar sobre si e sobre suas famílias, mostrando que existem outras formas de ser e estar no mundo, em família, entre famílias.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A.; ADORNO, P. da S. F. A família homoparental no contexto escolar. **Revista da Graduação UNIGOIÁS**, Ano 2 – nº 2 e 008. Jul/Dez 2021.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 21, p. 219–260, 2016.

BUTLER, J. **Quem tem medo de Gênero?** Editora Boitempo, 2024.



FERNANDES, N.; FINCO, D. Diálogos Necessários de Gênero: olhares e culturas que se entrecruzam na Educação Infantil. **Interacções**, Portugal 18(61), 2022, p. 233–257.

HERNÁNDEZ, J. de G.; UZIEL, A. P. Famílias homoparentais e escola: entre a vigilância e a transformação. **Momento - Diálogos em Educação**, 23(2), 9–24, 2015.

LINO, V. F. ; NOGUEIRA, M. A. Famílias Homoparentais e as relações com as Escolas dos filhos: percursos para se compreender uma “nova” questão. **Ciências Humanas**, Volume 28 - Edição 137/AGO 2024.

PENALVO, C.; ZAGO, L. F. (Org.). **Tá difícil falar sobre sexualidade na escola?** Editora Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade. 2011.

PEREIRA, E. B.; CIRÍACO, K. T. Relação Família Homoparental-Escola: o que acontece quando dois homens adotam crianças? **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 248-279, jan./jun. 2020.

SILVA, A. I.; FERREIRA, J.; SENA, M. B.; SIGNORI, L.; HELLMANN, F.; FLORES, D.; MARCON, S. S.; SOUSA, A. R. O debate público acerca da homoparentalidade na Web no Brasil: etnografia virtual. **Cien Saude Colet.** (2024/jul). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/o-debate-publico-acerca-da-homoparentalidade-na-web-no-brasil-etnografia-virtual/19318?id=19318>. Acesso em 10/01/2025.

ZAMBRANO, E. **O Direito à Homoparentalidade:** Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre/RS. 2006. Disponível em [https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano\\_et\\_al\\_homoparentalidade\\_-\\_A4%5B1%5D.pdf](https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4%5B1%5D.pdf). Acesso em 06 jan.2025.